

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: _____

Data: 06.02.85

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

4468

Antes do sangue

Há 40 anos os índios Caiapó lutam por uma reserva capaz de abrigar, em um território único, as quatro aldeias e seus quase dois mil habitantes. Em 1978, após longo embargo de gaveta no Ministério do Interior, a Funai decidiu iniciar a demarcação da reserva, mas a empresa contratada faliu de uma maneira estranha. A reativação do trabalho foi sendo protelada, enquanto avançavam as frentes econômicas, antes afastadas do Xingu.

O que poderia ser um ato tranqüilo acabou complicando-se. Agora, antes de poder demarcar as reservas indígenas, a Funai precisa obter a aprovação do "grupão", integrado por representantes do Ministério de Assuntos Fundiários e do Interior. Não há mais recursos disponíveis. E os complicadores externos fortaleceram-se ainda mais.

Dentro da reserva Caiapó estão funcionando sete garimpos de ouro, uma parte deles com o apoio de uma das comunidades e outra parcela estabelecida em território indígena por determinação governamental. Um número cada vez maior de madeireiros penetra na reserva em busca do mogno, virtualmente, extinto das outras áreas, especialmente no vale do Araguaia/Tocantins.

No ano passado os índios, irritados com o que lhes parecia invasão aberta de suas terras, ocuparam a sede da fazenda Santa Cristina, se apossaram de alguns bens e exigiram da Funai uma nova delimitação da reserva. Aos 2,7 milhões de hectares que já estavam reservados, reivindicaram a incorporação de mais 600 mil hectares, sendo uma faixa menor ao norte e uma maior ao sul, acompanhando o rio Trairão.

Argumentaram os índios que essas terras lhes pertencem historicamente: aí fizeram algumas roças e

existem seus cemitérios. A parte sul é especialmente importante para os índios da aldeia Kubenkankrei, cercados de campos pouco propícios.

Como na área reivindicada existiriam alguns títulos definitivos e provisórios expedidos pelo Estado, Iterpa e Funai decidiram construir um grupo de trabalho para fazer um levantamento de campo e estabelecer as medidas a serem adotadas para a delimitação da reserva. Este grupo ainda não havia se reunido uma só vez (como não o fez até agora), quando o Iterpa decidiu lançar a licitação de terras do Projeto Trairão, pondo à venda justamente a área pretendida pelos Caiapós.

O delegado da Funai em Belém, Salomão Santos, declarou-se "completamente surpreso" com a inclusão dessa área na licitação. Ele vinha mantendo entendimentos com a direção da Funai para o envio de um técnico que integraria a equipe conjunta com o Iterpa quando foi informado de que todo um setor da gleba posta à venda incidia sobre pretensão dos índios. Hoje, Salomão relatará a situação para a presidência da Funai em Brasília e pedirá providências.

Ele recebe a repetição, em escala mais ampla e grave, do episódio com os Apinajés, em Goiás. O delegado regional da Funai acha que os índios não aceitarão a alienação da área, mesmo que ela seja feita regularmente pelo Estado, como pretende o Iterpa. A própria Funai já não estaria mais conseguindo controlar os Caiapós, que se dispunham a retirar todos aqueles que julgam invasores.

Na primeira investida, esse trabalho foi facilitado pela surpresa em que foram apanhados os fazendeiros. "Mas agora eles estão preparados — e armados", diz Salomão. Mesmo assim, ele teme que os índios não per-

maneçam passivos caso a área que pretendem ver incorporada à reserva passe a ser ocupada pelos madeireiros e fazendeiros. "O choque poderá tornar-se inevitável".

No reconhecimento feito na área, a Funai constatou que apenas uma das madeireiras derrubara 10 mil árvores de mogno dentro da reserva. Foram encontrados muitos outros caminhos de acesso e certas benfeitorias. Salomão reconhece que a situação é delicada, exigindo um estudo cauteloso e medidas conjuntas por parte do poder público. Justamente por isso, lamentou a iniciativa unilateral do Iterpa de lançar a licitação na área. "Isto só vai complicar a situação", diz ele.

Um técnico do Iterpa procurou justificar o loteamento argumentando que os índios não têm segurança sobre os verdadeiros limites de sua reserva, equivocaram-se ao pedir a ampliação da área sul, tomando como referência o rio Trairão, e estariam sendo induzidos por pessoas que, interessadas na extração de madeira, procuram afastar os concorrentes.

A Funai admite que houve uma tentativa de manipulação, mas diz e identificou as duas pessoas — especuladores e políticos de Xinguará — que pretendiam influir sobre os índios e já está afastando-se da área. Mas assegura que os Caiapós têm plena certeza sobre a legitimidade de suas pretensões, os marcos históricos das áreas pretendidas, e estão dispostos a tudo para fazê-las prevalecer.

O quadro conflituoso que se desenha no horizonte da reserva Caiapó, a primeira do país se aceitas as aspirações dos índios, exige uma reflexão madura — e urgente — sobre a questão. Antes que ela venha com a típica marca amazônica: o sangue.